

GESTÃO DE ESPORTE E DE LAZER: ANÁLISE DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER NA SUBPREFEITURA DE SÃO MIGUEL – SP¹

Recebido em: 17/05/2016

Aceito em: 02/12/2016

Karoline Costa Ferreira²

Edmur Antonio Stoppa³

Universidade de São Paulo

São Paulo – SP – Brasil

RESUMO: O presente artigo destaca a forma na qual estão sendo geridos os espaços e equipamentos de esporte e lazer na Subprefeitura de São Miguel, localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo. Tem-se como objetivo geral analisar como estão sendo desenvolvidas as políticas públicas de lazer na Subprefeitura e suas possíveis implicações para o lazer da população local. A pesquisa foi realizada por meio da combinação de levantamento bibliográfico e documental, além de pesquisa empírica com estudo de caso nos diferentes espaços e equipamentos. Como resultado destaca-se a necessidade de melhores e mais precisos investimentos na área, possibilitando a troca de experiências pela vivência coletiva, em busca de espaços sociais mais justos e para todos.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Desenvolvimento da Comunidade. Políticas Públicas.

SPORT AND LEISURE MANAGEMENT: ANALYSIS OF SPACES AND EQUIPMENT OF RECREATIONAL AND LEISURE SPORTS IN THE SUBPREFEITURE OF SÃO MIGUEL – SP

ABSTRACT: This article highlights the way in which they are being managed spaces and sport and leisure facilities in the Sub - Prefecture of São Miguel, located in the East Zone of São Paulo. Its general objective is to analyze how has been developed leisure public policies in Sub - Prefecture and its possible implications for the leisure of the local people. The survey was conducted through a combination of bibliographic and

¹ Iniciação Científica desenvolvida com o apoio financeiro da Bolsa RUSP da Universidade de São Paulo.

² Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH / USP -membro do Grupo Interdisciplinar de Estudo do Lazer (GIEL/USP/CNPq) .

³ Professor Doutor e líder do Grupo Interdisciplinar de Estudo do Lazer (GIEL/USP/CNPq) na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo. Docente do curso de Bacharelado em Lazer e Turismo e Mestrado em Turismo e Mestrado em Atividade Física, todos da USP. Membro do grupo de pesquisa Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional (ORICOLÉ/UFMG/CNPq).

documentary survey, as well as empirical research case study which took place in different spaces and equipment. As a result there is the emphasis on better and more precise investment in the area, thus enabling the exchange of experience, the collective experience, looking for more just social spaces and for all.

KEYWORDS: Leisure Activities. Community Development. Public Policies.

Introdução

A Zona Leste é uma das regiões mais populosas da cidade de São Paulo, com cerca de quatro milhões de habitantes, possui contrastes sociais, ambientais e de urbanização. Bairros como Penha, Mooca, Tatuapé, Brás e Anália Franco podem ser considerados como a parte contemplada com o que há de melhor nessa região: escolas, restaurantes, boas opções de lazer, clubes esportivos, cinemas, etc. Outra realidade é encontrada em diferente parte da Zona Leste, como é o caso da Subprefeitura de São Miguel, formada pelos distritos de São Miguel, Jardim Helena e Vila Jacuí, região que tem poucas opções de lazer, além de bares, concentrando essas opções em algumas áreas verdes, praças e equipamentos de esporte e lazer. Possui cerca de 370.000 habitantes, ocupando uma área de aproximadamente 25 km², com características marcadamente residenciais., com uma densidade populacional de 15.206 Hab./km² (SÃO PAULO, 2015)

Diante desse cenário justifica-se a realização dessa pesquisa, constituinte de uma pesquisa mais ampla que prevê o mapeamento dos espaços e equipamentos de lazer na Zona Leste de São Paulo, enquanto possibilidade de entender como é o desenvolvimento da política de esporte e lazer, em especial relacionada aos interesses físico-esportivo, em suas múltiplas relações com os demais conteúdos do lazer (DUMAZEDIER, 1980).

Entender como se dá o planejamento das ações, a administração dos espaços e equipamentos, bem como a utilização por parte da comunidade desses diferentes locais e sua relação com os profissionais que atuam nos espaços é parte fundamental para entender como é a política de esporte e lazer na região junto à Subprefeitura de São Miguel Paulista, para que possam repensar os desenvolvimentos de ações ligadas à área do esporte e lazer.

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral analisar como é desenvolvida a política pública de lazer na Subprefeitura de São Miguel e suas possíveis implicações para o lazer da população local. Como objetivos específicos buscou-se analisar quais são os elementos que fazem parte da política de formação e desenvolvimento de quadros; diagnosticar os desdobramentos dessa questão nas ações cotidianas; verificar como é desenvolvida a política de atividades da secretaria de esporte e lazer em suas diferentes relações com os espaços e equipamentos de lazer e as comunidades locais; além de averiguar como se dá e quais são as características da política de animação desenvolvida pelos profissionais de esporte e lazer nos espaços e equipamentos, bem como qual é o papel da comunidade no desenvolvimento das ações.

Metodologia

A análise foi realizada por meio da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica (SEVERINO, 2000). O método utilizado, entendido como “procedimentos mais amplos de raciocínio” (SEVERINO, 2000, p. 162), ou como modo de observação, que constituem os meios de abordar o real (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) foi o estudo comparativo nos diferentes espaços e

equipamentos de esporte e lazer sob responsabilidade da Subprefeitura de São Miguel Paulista.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de a) levantamento inicial das obras efetuada junto ao Sistema de Bibliotecas da USP, UNICAMP, UNESP, além de ferramentas disponíveis na Rede Mundial de computadores e relacionada aos termos chaves; b) Seleção do material através da análise textual (SEVERINO, 2000); c) Aprofundamentos das obras selecionadas através das análises temáticas, interpretativas e problematização (SEVERINO, 2000); d) Definição das “categorias” a serem utilizadas na pesquisa empírica.

Para o desenvolvimento da pesquisa documental (TRIVIÑOS, 2008) foi realizado o levantamento de documentos da Subprefeitura de São Miguel Paulista para análise e interpretação desses documentos, em relação aos objetivos do projeto, como forma de complementar as informações relacionadas á políticas de esporte e lazer no município. O tratamento das informações coletadas se baseou nas três fases distintas de análise previstas na análise de conteúdo (TRIVIÑOS, 2008) que são: a pré-análise, a descrição analítica e a fase da interpretação tratamento dos resultados obtidos.

Para a pesquisa empírica o instrumento de coleta de dados principal foi à observação simples (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) pressupondo observação direta e contato com as pessoas a serem observadas, com a utilização de diário de campo. Foram utilizadas como recurso complementar as entrevistas centradas, junto aos profissionais e as entrevistas estruturadas, junto aos frequentadores dos espaços e equipamentos de lazer (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) para aprofundar a investigação.

A definição de amostra deu-se de forma não-probabilística, intencional para os locais estudados, documentos analisados, bem como para os profissionais levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) e por saturação para os frequentadores ligados aos espaços (MAGNANI, 2003).

O Lazer e as Políticas Públicas na Sociedade Atual

Entendido como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho e a educação, podendo exercer valores questionadores na sociedade como um todo, assim como, sofrendo influências da estrutura social vigente (MARCELLINO, 2008), o lazer, portanto, pode ser um tempo privilegiado para vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, devendo ser entendido como objeto de ação do poder público e privado, através do desenvolvimento de políticas específicas na área do lazer contribuindo, com isso, para o desenvolvimento da cidadania das pessoas. No entanto, esse entendimento, ainda nos dias de hoje, não é visto como algo simples e de fácil implementação por parte do poder público.

A antiga Grécia considerava o trabalho algo servil. Os ofícios dignos do homem eram a política, a eloquência, os jogos, as artes, a geometria e a filosofia. Por terem conservado como imagem positiva do trabalho apenas a pura atividade, ou seja, a parte do trabalho que os gregos valorizavam era a atividade, na medida em que ela não tinha relação alguma com a necessidade, em que não era um trabalho, mas seu exato oposto, o tempo livre. A necessidade recaía inteiramente para o outro lado do trabalho, portanto, para o lado do escravo (CHENAVIER, 1998).

Várias outras civilizações antigas possuem relatos de atividades voltadas para o ócio, todavia o marco principal do surgimento do lazer está associado à Revolução Industrial que ao impor à sociedade a limitação de oito horas para a jornada de trabalho, a folga semanal, o salário mínimo, as férias, dentre outras vantagens ao trabalhador, possibilitam a prática de atividades lúdicas.

De acordo com Gomes (2004) os primeiros estudos do lazer no Brasil aconteceram em meados da década de 1960, com grande influência de Joffre Dumazedier que ao coordenar atividades no SESC - Serviço Social do Comércio, incentivou o aumento da prática no país. A partir de então, os estudos voltados para a área não pararam de crescer, Requixa (1974), um dos precursores do campo no Brasil, publica em 1974, o livro *As Dimensões do Lazer*, onde inicia seu discurso sobre a relação de interdependência entre o trabalho e o lazer, contextualizando o desenvolvimento histórico e conceitual de ambos.

A palavra lazer deriva do latim "*Licere*", ou seja, "ser lícito", "ser permitido". Assim, é possível entender o lazer, como uma forma de utilização do tempo dedicando-se a uma atividade que o agrada, o que não significa a prática de uma mesma atividade sempre.

Joffre Dumazedier (1980) identificou as três principais funções de lazer como atividades que promovem o descanso, divertimento e o desenvolvimento pessoal ou social, A função do descanso é recuperar o desgaste físico e emocional. Já a diversão oferece uma oportunidade de fugir da rotina, ao passo que o desenvolvimento faz com que o indivíduo, através de uma participação social ativa, possa obter enriquecimento pessoal através de suas experiências e da socialização.

Segundo Marcellino (2006), em relação às vivências possíveis de serem realizados no lazer, a classificação mais aceita é a que distingue seis áreas fundamentais proposto por Dumazedier (1980) e Camargo (1992) que são: os interesses artísticos intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais. Para tanto o ideal seria que todas as pessoas praticassem atividades voltadas aos vários grupos de interesses. Porém, infelizmente esse contato com todos os conteúdos não acontecem muitas vezes por falta de opção na escolha dos indivíduos.

Marcellino (2006) destacam também as dificuldades na vivência cotidiana dos diferentes conteúdos do lazer, as chamadas “barreiras para o lazer”. Segundo ele, é discutível a qualidade das práticas desenvolvidas por pessoas em seu tempo disponível, uma vez que quando observa-se a vivência do lazer de perto, verifica-se que há um rompimento no desenvolvimento geral do lazer por parte da população, mesmo em cidades voltadas para o lúdico, como o Rio de Janeiro, uma vez que grande parte da população trabalha aos finais de semana e quando não o fazem voltam-se para o ambiente doméstico.

De acordo com o autor, apesar dos avanços na área, as pesquisas brasileiras, ainda são poucas e restritas ao uso de determinados equipamentos, como cinemas, teatros, bibliotecas, parques, etc., onde o público é marcadamente jovem, com grau de instrução e condições econômicas acima da média populacional.

Assim, o papel do profissional de lazer, atuando com o desenvolvimento de políticas públicas, ganha especial destaque, uma vez que é através de sua ação que os valores da participação popular e, conseqüente, contribuição para o exercício da cidadania poderá efetivar-se de fato.

No entanto, para Marcellino (2006), é necessário a formação de um novo especialista, uma vez que a formação de especialistas em lazer, dentro de uma concepção tradicional, traria tanto risco quanto os que encontrados em outras áreas de atuação, podendo descaracterizar atividades de lazer por completo.

Assim, para que as ações possam ser desenvolvidas a partir dos valores da participação cultural é fundamental a discussão do processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação com políticas públicas de lazer, quadros esses que devem, inclusive, reverter expectativas muitas vezes equivocadas do papel dos profissionais em sua ação na área.

Outra questão importante diz respeito aos espaços e equipamentos de lazer que os profissionais encontrarão para desenvolver as atividades. Para Santini (1993) equipamentos de lazer são aqueles compreendidos como os locais que organizam o espaço em função de determinada atividade.

Segundo Requixa (1980) são divididos em equipamentos específicos e não-específicos de lazer. Os específicos são locais propícios para o lazer diário, de final de semana, de férias e podem ser classificados em micro equipamentos, equipamento de média dimensão, macro equipamentos e equipamentos de turismo social.

Já os equipamentos não-específicos são aqueles que na origem foram construídos com outra finalidade que não é o lazer, mas eventualmente cumprem esse papel (REQUIXA, 1980). Alguns exemplos de equipamentos não específicos que o autor cita são os espaços de trabalho, de educação formal, espaços destinados à vida religiosa, às atividades cívico-administrativas do poder público, espaços viários, espaços domésticos e os bares e restaurantes.

Para Requixa (1980), as diretrizes de uma política de lazer não podem, apenas, restringir-se a uma política de atividades, devendo envolver, também, questões relativas à formação e à capacitação de quadros para atuação, de espaços e de equipamentos, bem como critérios de reordenação do tempo. Isso realça a necessidade de o poder público fixar prioridades com base na análise de situação, procurando responder questões como: Existe uma estrutura de animação capacitada e atuante nos equipamentos específicos? Como esses equipamentos estão distribuídos pela cidade? Há equipamentos específicos subutilizados? Existe a possibilidade de se adaptar equipamentos não específicos para sua utilização em atividades de lazer?

Assim, refletir e pensar em ações para estas e outras questões relacionadas a uma política de lazer Marcellino (2008), no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas públicas de lazer, propõe que a discussão e a implementação desses mecanismos, por parte do público ou de outras instituições ligadas à sociedade civil, passe pelo

[...] entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação (p. 27).

Nesse sentido, a gestão dessas políticas, de acordo com Höfling (2001), consiste no Estado desenvolvendo um projeto de governo por meio de programas de ação direcionados a esses diferentes setores da sociedade, relacionados aos interesses e problemas sociais.

Segundo Mény e Thoenig (1992, p. 90) política pública é “[...] um programa de ação do governo em um setor da sociedade ou uma área geográfica”. Para eles, “[...] do

ponto de vista da análise, uma política é um conjunto de práticas e normas que emana de um ou mais atores públicos” (p. 89), e tem as seguintes características: um conteúdo, um programa, uma orientação normativa, um fator de coerção e uma competência social. No entanto, este entendimento teórico, de acordo com os autores, apontado como como um guia para análise, nem sempre é fácil de respeitar na prática, quando confrontado em situações específicas.

Assim, programas, ações e atividades são desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam garantir determinado direitos, de forma difusa ou para determinado seguimentos, sejam social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos, como por exemplo o lazer, direito assegurado em nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988).

As políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui.

Audiências públicas, encontros e conferências setoriais, como as Conferências Nacionais de Esporte e Lazer, promovidas pelo Ministério do Esporte nos anos de 2004, 2006 e 2010, que subsidiaram o desenvolvimento da Política Nacional do Esporte e do Lazer e o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social.

Com isso ações devem ser desenvolvidas para que haja espaço e tempo para a vivência do lazer na vida cotidiana, para que possa ser vivenciado como instrumento de mudança e gerador de novos valores em nossa sociedade.

Uma das possibilidades nesse sentido é a animação sociocultural (BERNET, 2008), que deve ser entendida numa perspectiva de alargamento da consciência dos indivíduos, procurando a partir da competência técnica e do compromisso político de mudança, a capacitação das comunidades para a sua autonomia em relação ao lazer.

Se a participação profissional é de suma importância para que esse processo se estabeleça, mais importante ainda é a presença dos voluntários (REQUIXA, 1973) como forma de multiplicação das ações. Longe de ser entendido como alternativa para mão-de-obra barata, ou ainda como concorrentes aos profissionais, o voluntariado é a ligação entres esses profissionais e a comunidade mais ampla.

Atualmente as atividades de lazer são feitas em casas, com aparelhos eletrônicos da mais alta tecnologia que vem melhorando a cada instante que passa, deixando de lado assim a convivência social. Para minimizar essa individualização do lazer, é preciso que, cada vez mais, o poder público crie políticas de lazer capazes de dar mais ênfase aos espaços e equipamentos. A iniciativa privada vem criando cada vez mais novos espaços de lazer no ambiente urbano. Mas num país como o Brasil, a grande maioria da população não possui condições financeiras de desfrutar de espaços de lazer privados, devido aos custos econômicos que as atividades demandariam no cotidiano. Dessa maneira, o poder público, por meio de políticas de lazer, deve criar novas ações e novos equipamentos e espaços, bem como revitalizar os antigos, a partir do uso público que garanta a acessibilidades a todos, com o desenvolvimento da cidadania, por meio da democratização cultural.

Resultados e Discussão

A Zona Leste de São Paulo

Dados de 2008 marcam que o Estado de São Paulo é responsável por cerca de um terço do PIB nacional, enquanto que a capital paulista corresponde a aproximadamente 50% desse total e isso se deve principalmente por ela abrigar o maior polo econômico e financeiro do Brasil (SÃO PAULO, 2005). A cidade de São Paulo tem uma população de mais de 11 milhões de habitantes, possui cerca de 1.500 km² de área e densidade demográfica de mais de 7 mil hab./km² (BRASIL, 2010).

Já a Zona Leste é uma região que possui trinta e um bairros, com uma população composta por mais de 3,8 milhões de habitantes, o que representa cerca de 30% da população total da cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2005).

O crescimento desenfreado de favelas vem prejudicando toda uma área que não deveria ser ocupada, como é o caso, por exemplo, do entorno dos mananciais da Represa Billings (Zona Sul), esta que serve de abastecimento de água para a região metropolitana, e mesmo ao redor do rio Aricanduva na Zona Leste da cidade (SÃO PAULO, 2005).

Reduzida oferta de emprego, baixa infraestrutura, com renda familiar média dos habitantes de até três salários mínimos, concentração de residências horizontais e principal atividade econômica baseada no comércio e serviços são algumas das características da Zona Leste de São Paulo (SÃO PAULO, 2005).

A região, além de todas as carências é também considerada um “bairro dormitório”, onde as pessoas vão apenas para morar, realizando todas as outras

atividades, como trabalho, estudo e lazer em regiões mais centrais que possuem uma oferta maior de opções (ROLNIK; FRÚGOLI JUNIOR, 2001).

Mais especificamente, São Miguel Paulista foi criado pela lei estadual nº 233, de 24-12-1948, conjuntamente com os distritos de Itaquera e Jaraguá, sendo primeiramente chamado de Baquirivu, passando posteriormente a denominar-se São Miguel Paulista (BRASIL, 2010).

No início do século XX, São Miguel passou por uma alternância entre crescimento e estagnação, depois de já ter sofrido inúmeras mudanças em 380 anos de história. Houve um aumento da população, passando de 8 mil em 1930 para 360 mil habitantes no início deste século. O bairro comportava diferentes etnias, como os índios e mestiços, imigrantes europeus e asiáticos, e por fim os nordestinos.

Como forma de resistir e encontrar alternativas para a periferia das cidades, as pessoas têm, cada vez mais, procurado soluções na formação de grupos de interesses, com a participação em ações comunitárias, em busca de saídas para os problemas vivenciados. A formação de grupos culturais, onde o lazer ocupa ponto central é, em muitas ocasiões, o tema que as une como caminho para a tentativa de minimizar as dificuldades locais (STOPPA et. al, 2011).

Por tanto, ao se falar em periferia, mais especificamente em Zona Leste da capital, é possível retratar uma realidade historicamente situada em problemas sociais que surgiram pela falta de planejamento, pelo crescimento desordenado da população, pela carência de políticas públicas sociais eficazes, pela exclusão social presente nessas regiões isoladas do espaço geográfico. É possível identificar uma mobilização da sociedade, relacionada a grupos e associações que buscam reformular o sistema, mas o conhecimento popular depende do poder público, especialmente oferecendo ações

relacionadas à educação, à moradia, emprego, lazer e demais direitos sociais para a vida cotidiana (STOPPA et. al, 2011).

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) de São Paulo é o órgão municipal responsável pelo desenvolvimento das ações em São Miguel Paulista. Em 2008 a SEME, em seu e seu novo modelo de gestão, passa a ter como papel: deixar de executar, para implantar e coordenar as ações relacionadas à política de esporte, lazer e recreação na cidade de São Paulo.

Assim, a missão da SEME passa a ser: “formular políticas públicas, fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades físicas, esporte e lazer aos hábitos de vida saudável da população paulistana” (SÃO PAULO, 2010, p.11). Tal missão aponta para a nova realidade acima colocada, ou seja, o objetivo não mais é o de executar ações finais que levem ao desenvolvimento da política de esporte e lazer do município, mas o de planejamento e avaliação das ações realizadas por parceiros.

De acordo com Stoppa et. al (2011), a estrutura da SEME passa a ter seis dimensões, com o conjunto de atividades agrupadas por semelhança ou afinidade. São: 1) a direção estratégica; 2) os colegiados externos e internos; 3) as assessorias técnicas; 4) as áreas responsáveis pela execução do suporte operacional; 5) as áreas responsáveis pela gestão administrativa da rede de parceiros da SEME e; 6) as áreas responsáveis pelo cumprimento do papel central da SEME.

Para os autores acima, tal dimensão ganha destaque, pois as políticas, formuladas têm consequências diretas na implementação dos programas e projetos desenvolvidos nos espaços e equipamentos de esporte e lazer da cidade de São Paulo, em especial naqueles sob responsabilidade direta e indireta da Subprefeitura de São Miguel.

Dentre os vários programas e projetos realizados pela SEME, o carro chefe é o Clube Escola, programa implantado por meio do decreto nº. 48.392, de 29 de maio de 2007 e desenvolvido em parceria com a Secretaria Especial para Participação e Parceria (SEPP), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP) em diversos equipamentos com administração direta e indireta da SEME, tais como os Clubes da Comunidade (CDCs) (SÃO PAULO, 2010).

O programa desenvolve atividades direcionadas, de caráter socioeducativo, procurando promover a saúde e a qualidade de vida, bem como o desenvolvimento local, além de “[...] fomentar a prática esportiva, aprimorar a integração entre as diversas faixas etárias da população e descobrir novos talentos” (SÃO PAULO, 2010, p.59).

Dentro das novas premissas do modelo de gestão implantado a partir de 2008, a estruturação de redes de parcerias foi uma das estratégias utilizadas pela SEME para ampliar o leque de ações. Neste sentido, em São Miguel pode ser encontrada a presença das Organizações Sociais (OS), modelo de parceria realizada entre o Estado e a sociedade civil organizada, programa de qualificação de entidades sem fins lucrativos que utilizam o esporte e o lazer como instrumento de transformação social. Dos treze CDCs visitados na pesquisa de campo, quatro são geridos dentro desse modelo de gestão, com a realização do programa Clube Escola.

Fundamentado pela Lei 141.32/96 e pelo Decreto 49523/08, o programa procura qualificar e certificar as OS para atuar com o esporte e o lazer, desenvolvendo ações na área que tenham como princípio norteador a participação comunitária enquanto controle

social, quer seja em questões administrativas, quer seja no planejamento e realização das atividades desenvolvidas pelas OS (SÃO PAULO, 2010).

Kachinski (2010), ao tratar sobre a forma de gestão da SEME, repreende a nova política, baseada em um decreto municipal, com a expansão das ações para além da administração direta da prefeitura paulistana. Pois, a terceirização das ações ligadas ao lazer, assim como os demais direitos garantidos pela Constituição Federal, são obrigações que deveriam ser garantidos pelo poder público, ao contrário do que ocorre na secretaria, com a SEME ausentando-se das questões ligadas ao desenvolvimento das políticas nesses locais, quer seja nos equipamentos administrados pelas OSs ou comunidades. Isso ocorre devido a insuficiência de gestores, ocasionando, a desobrigação da administração pública em relação às ações nos locais, apesar das diretrizes apontarem o acompanhamento e avaliação por parte da SEME.

Assim, o documento aponta que as OS devem apresentar minucioso planejamento, a partir das características, necessidades e interesses da comunidade atendida, procurando contemplar temas, objetivos de aprendizagem, conteúdos, estratégias e indicadores de avaliação desenvolvidos para cada público alvo, em cada uma das diretrizes educacionais, ou seja, esporte, saúde, cultura, cidadania e protagonismo, com a participação de todos.

Os Dados da Pesquisa de Campo

Realizada entre os meses de julho de 2014 e março de 2015, a pesquisa de campo visitou treze equipamentos, sob administração indireta da Secretária de Esporte, Lazer e Recreação (SEME) de São Paulo, na Subprefeitura de São Miguel, que tem sob sua administração os distritos de São Miguel Paulista, Jardim Helena e Vila Jacuí. Entre

os equipamentos pesquisados e apresentados, a seguir, estão os Clubes da Comunidade - CDC e o Centro Esportivo Jardim São Vicente - Mini Balneário Almirante Pedro de Frontim. Foram entrevistados 12 gestores/administradores, responsáveis pelos CDCs e pelo Mini Balneário, bem como 107 frequentadores dos espaços.

Os Clubes das Comunidades

Os Clubes da Comunidade (CDCs) ou Clubes Desportivos Municipais (CDMs), da região de São Miguel, têm como finalidade primordial a promoção e desenvolvimento das atividades comunitárias no campo desportivo, da recreação e do lazer, em áreas de propriedade municipal, de acordo a Lei Orgânica do Município, em seu Art. 235, e estão entre as poucas possibilidades de espaços para a vivência recreativa da comunidade do entorno dos espaços.

Foram visitados e analisados, ao todo, treze CDCs, sendo estes: 1) João Cavalcante Leal; 2) Jardim Noemia; 3) Jardim Helena; 4) Jardim São Carlos de São Miguel Paulista; 5) Baquirivu José Ermirio de Moraes Filho; 6) Tide Setubal, 7) Jardim São Vicente; 8) Abelino Soares de Andrade; 9) Pedro José Nunes; 10) Santa Inês; 11) Central União de Vila Nova; 12) Savimar e 13) Jardim Santo Antonio.

Os locais foram alvo de análises em questões relacionadas à como as atividades são desenvolvidas, como é a participação comunitária, a infraestrutura, os materiais, a política de animação sociocultural e o público usuário do equipamento.

Em todos os equipamentos foram encontrados vários problemas, como algumas estruturas em melhores condições que outras, com grandes dificuldades para o desenvolvimento das atividades, principalmente naqueles que ainda são administrados pelas representações comunitárias.

Entre estes últimos estão Jardim Santo Antonio, Santa Inês, Baquirivu José Ermírio de Moraes Filho, Pedro José Nunes, João Cavalcante Leal e Jardim São Carlos de São Miguel Paulista. Nestes locais, verificou-se que as atividades realizadas pelos frequentadores se baseiam, principalmente, na monocultura do futebol.

No entanto, paralelamente, pode-se observar a presença de pessoas participando de atividades espontâneas como caminhada, realizada tanto dentro dos equipamentos, quanto em seu entorno. Além disso, as entrevistas com frequentadores dos locais apontam diferentes sugestões, como a necessidade da diversificação das atividades esportivas.

Em relação ao planejamento das atividades desses CDCs, os dados coletados em grande parte das entrevistas com os profissionais, apontam informações de que o processo de planejamento das atividades baseia-se em ações de escolinhas de futebol que mantêm atividades de treinamento esportivo. Com os discursos muitas vezes ligados à instrumentalização dessa iniciativa, entendendo-a como corretora de problemas sociais, principalmente ligadas à marginalização juvenil, como se a solução destes problemas sociais fosse responsabilidade de ações isoladas como a política de esporte e lazer e não da intervenção direta do Estado, com a realização de diferentes políticas sociais (STOPPA et. al, 2011).

Pontos positivos foram levantados nas entrevistas com frequentadores e profissionais, uma vez que os discursos valorizavam e/ou exaltavam o potencial de infraestrutura de cada clube. No entanto, são claras as deficiências visualizadas em relação ao estado lamentável em que se encontram esses equipamentos, somente no que diz respeito à conservação dos locais.

Em relação à participação comunitária na definição das ações dos locais, as entrevistas apontam a falta de entendimento da questão, pois muitas foram às respostas estabelecidas na ideia da participação nas atividades e não em seu sentido amplo, ou seja, a participação como a possibilidade de envolvimento das pessoas desde a fase de planejamento, execução e avaliação das diferentes possibilidades na programação das atividades. Os usuários, quando melhor informados, em relação à pergunta relatam primeiro a dimensão da falta de tempo, evidenciada no compromisso relacionado às questões profissionais e, segundo, a falta de informação e acesso a essa possibilidade participativa.

O primeiro aspecto pode estar alinhado às relações estabelecidas entre as dimensões do tempo de lazer e do tempo de trabalho, visto que as respostas, em sua grande maioria, apontam que os usuários não tinham disponibilidade para acompanhar essas políticas participativas, uma vez que o trabalho ocupava a maior parte do tempo das pessoas.

Já em relação ao segundo aspecto apontado pelos frequentadores para a não participação nas ações, aparece a questão da política de desenvolvimento de acesso à participação dos frequentadores desses redutos “comunitários”, já que o norte político de gerenciamento dos clubes entende de certa forma a importância da participação da comunidade, porém não leva em consideração estratégias de envolvimento, como a intensa informação e divulgação de reuniões, que leve a comunidade ao debate conjunto e posterior tomada de decisões políticas do uso do espaço de lazer.

Tal situação deveria ser objeto de ação por parte da SEME, procurando desenvolver mecanismos de efetiva participação cultural junto às comunidades

vinculadas aos diferentes CDCs, de modo a minimizar a ocorrência dos problemas decorrentes da questão.

No entanto, é importante destacar que a presença efetiva da SEME nesses locais é fator essencial para que tais questões possam realmente ser minimizadas. Presença, nesse caso, significa a necessidade de o poder público desenvolver mecanismos de capacitação, planejamento, execução e avaliação das ações junto com as comunidades, desenvolvendo processos educativos que garantam a autonomia das comunidades, além do constante acompanhamento e avaliação das ações.

Em relação à infraestrutura dos equipamentos, muitos são os pontos negativos apontados pelos frequentadores. Péssimas condições são encontradas nos espaços, como a falta de funcionamento de refletores em alguns clubes, lixos distribuídos no entorno dos principais equipamentos (em sua maioria mato crescido pela falta de manutenção), baixos alambrados paralisando atividades de futebol (pela ocorrência da passagem da bola para outros espaços, como no caso do CDC Jardim Santo Antonio), quadras mal planejadas (tortas), campos atolados e, posteriormente, desnivelados pela falta de estratégias de drenagem quando da ocorrência de chuvas, limitação de uso dos banheiros pela péssima situação em que se encontram esses espaços, falta de água potável e bebedouros.

Outras questões problemáticas encontradas nos equipamentos são a presença constante de usuários de drogas, a falta de organização geral quanto às atividades, pouquíssimas ou quase zero as políticas de animação sociocultural, situação articulada com a falta de um quadro suficiente de funcionários para manter os clubes em condições adequadas de funcionamento, espaços subutilizados como os playgrounds abandonados e à margem de proliferação de doenças com a água da chuva parada.

Quando perguntados em relação a sugestões, grande parte das entrevistas apontam ideias para minimizar os pontos negativos mencionados acima. São encontradas respostas como aumentar e manter em bom aspecto os alambrados, ampliar o quadro de funcionários, buscar iniciativas/estratégias para colocar a comunidade em maior contato com as políticas dos clubes, abrir banheiros limitados ao uso de frequentadores e, principalmente, viabilizar grama sintética, resolvendo inúmeros problemas como pedras e desnível dos campos de terra.

No CDC Baquirivu “José Ermirio de Moraes Filho”, que possui um campo de futebol, uma lanchonete, banheiros, vestiários e um salão com churrasqueira, cozinha e um espaço destinado a ginástica ao ar livre, uma situação inusitada pode ser encontrada no local. Durante os finais de semana, o campo é de uso exclusivo do Campeonato de futebol realizado anualmente pelos clubes locais, onde o mesmo é locado em um valor de R\$ 110,00 mensais, pagos pelos clubes participantes, e nos outros dias da semana, de terça-feira à sexta-feira, o local é utilizado pela comunidade, quando são realizados jogos e/ou acontece os treinamentos da escolinha de futebol que trabalha com o público infanto-juvenil (10 aos 17 anos). A situação encontrada, com a locação do espaço para o Campeonato local é pratica recorrente na área, conforme aponta Pacheco (2014) ao discutir processos de privatização em espaços que deveriam ter como característica principal o seu uso público.

O Administrador do Clube relatou em entrevista que o local existe desde 1965 e atualmente há um total de nove diretores do CDC. Ele ressalta, ainda, que recebem ajuda com verba do município, onde são realizadas emendas solicitando algo que julgam necessário para o momento, mas há um tempo de espera para que tal chamado seja atendido. Além disso, as manutenções mais básicas são realizadas a partir da

mensalidade paga pelos clubes participantes do campeonato e pela verba arrecadada do estacionamento.

O Administrador ressalta ainda que existe uma forte participação da comunidade, principalmente de crianças e idosos que se voltam para os equipamentos de ginástica do local. Acrescenta que foi aprovada uma emenda de solicitação de campo sintético, o que provavelmente aconteceria nos próximos meses.

Uma situação bem diferente pode ser encontrada nos equipamentos administrados pelas OSs. A partir do ano de 2007, a regulamentação do programa Clube Escola, através do decreto-lei nº 48.392, instituiu o desenvolvimento das ações em equipamentos administrados direta e indiretamente pela SEME na cidade de São Paulo. Na Subprefeitura de São Miguel, o programa está vinculando a administração (ainda que gradativamente) dos CDCs às iniciativas do terceiro setor, a partir das políticas de parcerias do governo com Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), como o Instituto Social Esporte e Educação (ISEE) e o Instituto Plataforma Brasil.

Os CDCs Jardim Noêmia, Jardim Helena, Central União de Vila Nova e o CDC Savimar, foram alvo dessas parcerias e estão com visíveis reformulações nas atividades e em suas estruturas físicas.

A atuação dessas organizações sociais bastante presentes nesses locais tinha como objetivo principal a formação educacional pelo esporte, buscando a contemplação dos objetivos especificados no Art. 3º do decreto, que os regulamenta, atrelados à: ampliação das atividades físicas, esportivas, de lazer e recreação na cidade, em especial atenção para alunos da rede pública e seus familiares; proporcionando o aumento qualificado de acesso dos alunos aos equipamentos sociais existentes; contribuindo para

o enriquecimento sociocultural nas diferentes áreas do conhecimento e de modo a utilizar todo o potencial do equipamento esportivo.

Com métodos similares de ação, os CDCs administrados dentro do programa são divididos em núcleos de atuação das organizações, com cada clube se tratando de um núcleo. Em cada um desses núcleos pode-se destacar elementos relacionados aos pilares de um ideal político de formação e desenvolvimento de quadros, de acordo com Pina (1995), que situa as iniciativas dessa formação numa pirâmide estrutural composta em seu vértice por animadores de competência geral, em seu meio por animadores de competência específica e em sua base por voluntários; assim como em relação ao de uma participação comunitária nas definições de atividades e reivindicações ao espaço físico, e políticas de animação sociocultural evidenciada apenas no físico-esportivo.

Os locais tinham atividades preenchidas todos os dias em praticamente todos os horários com modalidades variadas para todas as idades e gêneros. Notou-se, nesses espaços, que a população começava a tomar consciência de qual é o seu papel, pois esses locais ouvem os frequentadores em forma de reuniões (conselho de usuários), conseguindo estabelecer, com eles, vínculos de pertencimento e apropriação do lugar. No entanto, quando indagados em relação ao processo emancipatório notou-se que, com rara exceção, os frequentadores não compreendem esse eixo de pensamento, visto que a maioria das falas relata expectativas de que o projeto não devia acabar.

No CDC Jardim Noêmia, encontrou-se algo diferenciado e estranho ao mesmo tempo, pois o local é dividido em uma quadra de futebol *society*, cercado com alambrados e portão, espaço que faz parte do projeto Clube Escola e outro campo de terra, fora do espaço cercado, sem estrutura alguma, que não faz parte do projeto. Além disso, o local, assim como os CDCs Jardim Santo Antonio, Santa Inês, Baquirivu “José

Ermirio de Moraes Filho”, Pedro José Nunes, João Cavalcante Leal e Jardim São Carlos de São Miguel Paulista, só oferece o futebol como possibilidade de lazer para a comunidade local.

Ao conversar com profissionais e frequentadores, descobriu-se que a utilização do espaço também é dividida, pois na quadra society somente pessoas que fazem parte do projeto e estão devidamente matriculadas podem utilizá-lo, ficando o outro campo para as atividades oferecidas pelo CDC. Assim, fica clara a divisão do espaço, bem como a divisão da qualidade e do tipo de serviço oferecido para a comunidade local.

Os dados coletados nas entrevistas com os profissionais desses locais apontam informações relatando o desenvolvimento de ações administrativas para tentar manter a gestão dos CDCs em ordem. No entanto, as “falas” dos entrevistados apontam elementos paradoxais, ora em defesa política de uma gestão, ora criticando uma situação visivelmente lastimável.

No CDC Central União de Vila Nova e Jardim Santo Antonio encontra-se uma realidade mais exemplar. Sua estrutura é composta por um grande campo de futebol, quadra de skate, playground e um espaço com uma sala para atividades como ginástica, lutas e dança. Esses são os Clubes da Comunidade em que a concepção de lazer e comunidade é melhor entendida, visto que as respostas das entrevistas com frequentadores e profissionais evidenciaram o quão legítima está a atuação da OSCIP e da comunidade, apesar dos espaços físicos estarem um pouco degradados, como as cercas no caso do CDC Central União de Vila Nova e as pichações encontradas nos dois espaços.

No CDC Jardim Helena são encontrados um grande campo, uma quadra poliesportiva aberta e um local para administração da sede. Também pode ser

identificado um grande envolvimento da comunidade do entorno para com o projeto, com a maioria dos relatos descrevendo as melhorias dos espaços, principalmente, em relação à utilização e diminuição de problemas sociais como violência e drogas.

Em São Miguel Paulista existe ainda outra forma de administração de um CDC, que é o caso do Tide Setúbal, onde de acordo com entrevista realizada com os administradores do local a prefeitura possui relação quase que nula com o espaço, onde toda a verba, criação de projetos, entre outros aspectos são vindouros da Fundação Tide Setúbal que nasceu para ressignificar e inovar o trabalho pioneiro de promoção humana (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, s.d).

O terreno é a única relação da prefeitura com o local, por ter sido cedido a fundação. O espaço possui 6 salas, um teatro, 2 quadras, vestiários e ponto de leitura. Cercado por projetos como futebol para crianças de 7 a 12 anos, futsal, xadrez, ginástica artística, dança, teatro, artes plásticas, entre outros. Visando atingir parcerias com as escolas do entorno, porém aberto sempre a comunidade no geral.

O local cede espaço, ainda, para dentistas que vão fazer avaliações com os frequentadores, para o Ação Família, um projeto que atende 20 pais, além de promover festivais e festa junina.

Quanto aos CDCs Abelino Soares de Andrade e o Jardim São Vicente, infelizmente não houve a possibilidade de contato com os administradores e frequentadores do local, pois em todas as tentativas de visita não havia um responsável e a entrevista não poderia ser realizada com os frequentadores sem a autorização dos diretores do local, informação dada por zeladores encontrados no espaço.

O espaço físico do CDC Jardim São Vicente é apenas um grande terreno vazio, com uma casinha ao fundo, onde o zelador apenas afirmou ser de responsabilidade dos “japoneses” que costumavam ir até o local em determinadas datas (que não foram passadas), para jogar *Gateball*. No CDC Abelino Soares de Andrade não foi possível à visualização de todo o espaço, mas é notável uma área destinada a ginástica e mesas para jogos de tabuleiros.

Apesar dos efetivos avanços no que diz respeito aos diferentes elementos da gestão dos espaços, os locais ainda não conseguem ter suas ações desenvolvidas a partir de uma política de lazer em seu sentido amplo, uma vez que as diretrizes que norteiam as iniciativas dos institutos, e que são legitimadas pela lei orgânica do município, baseiam-se na instrumentalização do lazer dentro do viés educacional, com a realização das chamadas “escolinhas esportivas”, com a maioria das atividades elaboradas dentro dos patamares da difusão cultural, situada na continuidade de atividades físicas dirigidas pela orientação de um professor, praticamente a única possibilidade entre os interesses do lazer.

Ainda que possuam uma programação anual que contempla alguns outros conteúdos do lazer, como as festas juninas de integração entre os núcleos, tais ações são realizadas em eventos isolados.

Essa questão é analisada por Marcellino (2008), quando faz críticas às esferas públicas do lazer sempre atreladas a parâmetros que amenizam problemáticas sociais. O autor mostra que as pessoas, quando questionadas sobre a validade da animação sociocultural em locais mantidos pela prefeitura, solicitam a presença de profissionais de educação física para que estes possam manter a “ordem” e a segurança quando da

realização das diferentes atividades, moralizando o ambiente no que diz respeito à violência, “afastando” o uso de drogas no espaço público.

Ao contrário dessa situação, a perspectiva da animação sociocultural (BERNET, 2008), ou seja, uma ação que tem como objetivo principal mobilizar a consciências das pessoas levando--as a uma mudança de comportamento, deve respeitar as características essenciais das atividades do tempo de lazer garantindo a autonomia dos indivíduos com os quais tomará contato, procurando, a partir da competência técnica e do compromisso político de mudança, a capacitação das comunidades para a sua autonomia em relação ao lazer.

O Centro Esportivo Jardim São Vicente: Mini Balneário Almirante Pedro de Frontim

O espaço foi visitado entre julho e agosto, nos dias de semana e finais de semana, para que se tivesse uma melhor coleta de dados.

De modo geral foi possível perceber que há aspectos a serem melhorados. Na conversa com o coordenador do equipamento, que chegou ao cargo comissionado por um vereador, fica notável que o espaço é totalmente sustentado e administrado pela Subprefeitura de São Miguel, pois todo mês é elaborado um memorando encaminhado aos superintendentes da Subprefeitura.

O espaço físico está baseado em uma área destinada a atividades de ginástica, onde os equipamentos estão bastante degradados, além de não possuir nenhum tipo de orientador ou profissional qualificado para tal fim, uma quadra poliesportiva que exige de todos os seus usuários carteirinha, duas piscinas que não estão em uso por conta de

problemas no aquecedor, o que no período de inverno torna inviável sua utilização; vestiários, banheiros e um salão onde acontece atividades de luta e dança.

Dentre as atividades disponibilizadas no local, destaca-se vôlei, hidroginástica, oficina de Tai Chi Chuan, Karatê, Jiu Jitsu, Judô e dança do ventre. Nos depoimentos coletados de usuários é possível perceber a satisfação ainda que com ressalvas dos mesmos, pois há necessidade em aumentar a sala onde são ministradas as aulas de dança e lutas, além das constantes reclamações relacionadas às piscinas paradas devido aos problemas nos equipamentos de aquecimento.

Considerações Finais

As ideias e conceitos aqui apresentados foram desenvolvidos a partir da confrontação das discussões efetuadas no trabalho, embasados no levantamento dos textos selecionados na pesquisa bibliográfica e no material coletado na pesquisa de campo, procurando entender como se dá o planejamento das ações, a administração dos espaços e equipamentos, bem como a utilização por parte da comunidade desses diferentes locais, em sua relação com os profissionais que atuam nos espaços, ou seja, o trabalho procurou diagnosticar como são geridos os equipamentos de esporte e lazer da Subprefeitura de São Miguel, em suas diferentes relações com os elementos de uma política de lazer, com o posterior apontamento de possíveis sugestões que podem agregar valor ao desenvolvimento das políticas da SEME.

Nesse sentido, no que diz respeito à forma como se processa o planejamento e a administração dos espaços e equipamento de lazer de São Miguel, pode-se apontar a presença de três tipos diferentes de gestão dos espaços.

A primeira, mais comumente encontrada em alguns CDCs, é a realizada pelas entidades e representantes das comunidades locais, de forma autônoma, sem a intervenção ou colaboração mais efetiva da administração municipal.

A segunda é desenvolvida por meio da parceria das Organizações Sociais (OS) com a administração municipal, parcerias entre o poder público e o privado, a partir da lei 9637/98, caso dos CDCs, onde a administração foi repassada a essas entidades, a partir de novo modelo de gestão da SEME, que, por contrato, deve acompanhar e fiscalizar as ações realizadas nos equipamentos.

Já a terceira forma é caracterizada pela gestão de uma fundação a Tide Setubal. Em todas estas formas de gestão aspectos positivos e, principalmente, negativos podem ser visualizados.

Em relação à primeira forma de gestão encontrada, aponta-se a distância da SEME nas ações realizadas pelas entidades locais ou pelos responsáveis dos equipamentos de esporte e lazer, embora garanta a autonomia para as comunidades, traz uma série de problemas, com consequências desastrosas para as ações cotidianas, uma vez que há grande precariedade em relação aos recursos físicos, materiais e humanos, advindos da falta de recursos econômicos para respaldar a compra de materiais, bem como a manutenção do espaço e dos recursos humanos.

Os locais administrados por meio de parcerias têm atividades em praticamente todos os horários, com diferentes modalidades esportivas para todas as idades e gêneros. Observa-se também que a participação comunitária nesses equipamentos é mais efetiva por meio de reuniões do Conselho de Usuários local.

Para dar vida aos equipamentos administrados de forma indireta, sugere-se que a administração municipal desenvolva em suas ações programas e projetos não apenas de

difusão cultural, importantes enquanto carreadoras de diferentes possibilidades ligadas à área do lazer, mas também de criação e participação cultural, para que as pessoas possam participar efetivamente das decisões, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento humano e a cidadania.

Por tanto, há muito a ser feito, discutido, experimentado em relação à política de esporte e lazer da SEME, em São Paulo e na Subprefeitura de São Miguel, em busca da construção da efetiva cidadania, por meio da participação cultural nas vivências de lazer.

REFERÊNCIAS

BERNET, J. T. Conceito, exame e universo da animação sociocultural. In BERNET, J. T. (Org.), **Animação Sociocultural**. Teorias, programas e âmbitos. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 19 – 44.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Sao_paulo.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html> Acesso em 28 mar. 2015.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer?** 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHENAVIER, R. **Civilização de trabalho ou civilização do lazer?** In: Estudos Avançados, v. 12, n. 32. USP, 1998.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Quem Somos**. s.d. Disponível em <http://www.fundacaotidesetubal.org.br/quem_somos/#.VryOsLlrLIU> Acesso em 11 fev 2016.

GOMES, C. M. **Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil: Breve Trajetória Histórica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicações e Arte - Universidade de São Paulo, 2004.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas públicas sociais**. Cadernos CEDES. Campinas, vol. 21, nº. 55, 2001.

KACHINSKI, K. V. B. **Políticas públicas de lazer: um estudo de caso na secretaria municipal de esportes, lazer e recreação de São Paulo – SEME**. Universidade de São Paulo, 2010. São Paulo: Iniciação Científica PIBIC 2009-2010.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Lazer: Formação e atuação profissional**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

MARCELLINO, N. C. **Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal**. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: São Paulo: Editora Alínea, 2008, p. 11-16.

MÉNY, I.; THOENIG, J. C. **Las Políticas Públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

PACHECO, R. T. B. O jogo de futebol como prática tradicional paulista: um estudo sobre o uso do Parque Ecológico do Tietê. In: ZIMMERMANN, A. C.; SAURA, S. C. (Org.). **Jogos Tradicionais**. São Paulo: Pirata, 2014, p. 105-121.

PINA, L.W. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, N.C. (Org.). **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papirus, 1995, p. 117-130.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

REQUIXA, R. **As Dimensões do Lazer**. São Paulo: Sesc / Celazer, 1974.

REQUIXA, R. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JUNIOR, H. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências**. Cadernos Metrópole, n. 6, pp. 43-66, 2º sem/ 2001. Disponível em <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm6_25.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2014.

SANTINI, R. de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação**. São Paulo: Angelotti, 1993.

SÃO PAULO. **Prefeitura Municipal de São Paulo**. 2015. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758> Acesso em: 23 abr. 2015.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. **São Paulo rumo a uma cidade mais saudável – 2007/2010**. São Paulo: Gráfica Fotofacto, 2010.

SÃO PAULO. **Prefeitura Municipal de São Paulo**. 2005. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>> Acesso em: 30 jun. 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21^a ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 162.

STOPPA, E. A et. al. **Gestão de esporte e lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo**. São Paulo: Plêiade, 2011. 138 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 2008.

Endereço dos Autores:

Karoline Costa Ferreira
Av. Dr. Orêncio Vidigal, 598 - bl 7 apto 131
Vila Carlos de Campos
São Paulo – SP – 03.640-010.
Endereço Eletrônico: karoline.ferreira@usp.br

Edmur Antonio Stoppa
Av. Arlindo Bettio, 1000, Ermelino Matarazzo
São Paulo – SP – 03.828-000.
Endereço Eletrônico: stoppa@usp.br